

PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

identidades, redes e produção de conhecimento

Apresentação

A IDEIA E O CONCEITO DE AMÉRICA LATINA

Há um pensamento latino-americano? Em caso de resposta positiva, o que o constitui e como concebê-lo no tempo? As possíveis respostas a essas perguntas levam ainda ao questionamento sobre o que é, afinal, a América Latina, e como a ideia/conceito alterou-se ao longo da história. A discussão sobre o conceito e a ideia de América Latina não é uma novidade. Políticos apropriaram-se desse construto ainda no século XIX, pouco após a sua criação, não apenas para diferenciar-se de seu outro vizinho ao Norte, os Estados Unidos, mas também para condenar seus desígnios e práticas imperialistas.

Ao traçar um panorama das interpretações da história latino-americana, Octavio Ianni (1993, 9-10) afirma que “a formação do pensamento latino-americano pode ser vista como a história da ideia de América Latina”, uma ideia que passa por crises, se recria e se reorienta várias vezes ao longo dessa história, de forma a se colocar como “uma síntese de multiplicidades e contrapontos”. Para refletir sobre como a América Latina se pensa, Ianni recorre à referência a García Márquez em seu romance *O general em seu labirinto* sobre os últimos momentos de um Simón Bolívar como libertador impossível. O labirinto latino-americano se apresenta em sua imprecisão de contornos geográficos, culturais e identitários.

Tratar a ideia de América Latina como um conceito vai ao encontro da definição de Koselleck (2006, 109) acerca da passagem da palavra ao conceito com a agregação das “circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada”. O conceito como objeto de investigação também foi abordado há décadas por intelectuais como Arturo Ardao (1980; 1987) e Miguel Rojas Mix (1991; 1992) sobretudo em relação à sua origem e ao

imaginário ao seu redor. Bethell (2009) aponta para um consenso entre historiadores de que a origem do termo América Latina é francesa, uma expressão utilizada por intelectuais franceses para justificar o imperialismo no México à época de Napoleão III tomando a ideia de América Latina como um anexo da noção de latinidade. O argumento seria o da existência de uma unidade entre os povos “latinos”, uma afinidade linguística e cultural que tomava a França como líder natural e nação defensora contra a influência anglo-saxã, particularmente dos Estados Unidos, de modo que se incluía na concepção de uma América Latina, também uma raça latina diferente de uma raça anglo-saxã. A expressão “*race latine*” foi utilizada em consonância com a ideia e o termo América Latina pela primeira vez por Michel Chevalier, conselheiro de Napoleão III, em *Lettres sur l'Amérique du Nord* de 1836. Arturo Ardao (1980, 91-98) destaca José María Torres Caicedo, poeta e jornalista colombiano, como um dos primeiros a passar da ideia de uma América Latina para o nome América Latina. Segundo o próprio Torres Caicedo (1875, 151), desde 1851 tentou-se qualificar a América Espanhola como latina em um apelo dos “*pueblos del sur*” contra a “*América en el Norte*”. Já Rojas Mix (1992) destaca Francisco Bilbao como um dos primeiros a expor, em 1956, suas ideias em termos de uma “*unidad latinoamericana*”. Mónica Quijada (1998, 597), em sua análise sobre as origens do conceito, critica a defesa da paternidade francesa do conceito, argumentando justamente que ele teria sido elaborado em 1856 nas Américas.

A ideia de uma unidade latino-americana que diferenciava e afastava a América Latina da América do Norte, particularmente dos Estados Unidos, abarcou o termo América Latina, mas não a hegemonia francesa nesta América Latina. Podemos afirmar sem que isso gere muitas discordâncias que tal ideia antecede o termo, afinal, entre as décadas de 1850 e 1860, muitos dos intelectuais e escritores que passaram a utilizar o termo América Latina o relacionavam à ideia anteriormente propaganda por Simón Bolívar de uma identidade e unidade latino-americana (mesmo que ainda não nesses termos) supraregional que distinguia a “*Nuestra América*”¹ da “outra América”. Há de se destacar, entretanto, o fato para o qual Mignolo (2005, 57-58) chama a atenção de que os conceitos de “*raza latina*” e “*Latinoamérica*” foram utilizados pelas elites *criollas* da América Hispânica para dar destaque às suas raízes europeias separando-os como brancos em contraposição às massas de indígenas, mestiços e negros escravizados. Dessa forma, em meados do século XIX, a ideia de América Latina se forma a partir de uma identificação inevitável entre a formação dos modernos Estados-nação nas Américas e as suas histórias imperiais que, ao sul, remetiam a uma civilização européia, latina e católica. É assim que, inicialmente, esse conceito reproduz relações de poder e exclusão que se iniciaram no período colonial e que marcam sua ligação com as noções de Colonialidade e Modernidade.

A imprecisão conceitual do que é América Latina não pode ser separada da popularidade do seu uso atual, que certamente se distanciou e se modificou desde sua origem de seu uso em meados do século XIX. Como se passa, então, do conceito de América Latina como justificativa da união de uma raça latina para uma imagem muito mais múltipla e nuançada como a colocada por Ianni? Há fases e concepções muito variadas do que se convencionou chamar de América Latina. Como dito, o México foi a principal localidade da malograda tentativa de expansionismo francês, de modo que pensando a própria história

¹ *Nuestra América* é o título da influente obra de José Martí (1853-1895) analisada pelo artigo de Stefan Rinke que compõe este dossiê.

mexicana, podemos verificar uma face da mudança daquela pretensa e inicial identidade latino-americana.

A Revolução Mexicana de 1910 é o primeiro evento do século XX latino-americano a ser chamado de revolução com o adendo de um caráter social, o que se deve à intensa mobilização popular e às disputas políticas e de memória que acompanharam o pós-revolução. A revolução é marco de uma mudança intelectual na maneira de ver e teorizar o papel dos mestiços e dos camponeses indígenas na composição do Estado nacional em contraposição a como Porfirio Díaz tinha em torno dele uma rede de intelectuais que postulava que o “sangue empobrecido” do México deveria ser melhorado por meio de “altas doses de sangue forte, fornecido sob a forma da imigração [europeia]” (Sierra apud Gerstle 2008, 421). É nesse contexto que José Vasconcelos (1881-1959) escreve o ensaio *La raza cósmica* (1925), no qual ele procura reinventar a concepção oitocentista de raça abandonando o foco cientificista para forjar uma nova identidade para o povo mexicano que se pautasse em uma espécie de transcendência metafísica a partir união espiritual de tipos humanos diferentes. Essa nova identidade visaria reorientar o lugar que o povo mexicano em particular, e o latino-americano em geral, ocuparia na história.

A obra de José Vasconcelos foi influente na literatura latino-americana, a exemplo da obra *El laberinto de la soledad* (1950) de Octavio Paz, mas principalmente nas reflexões que marcaram a abertura para a tentativa de superação da predominância das teorias eugenistas nas Américas e para uma nova maneira de se pensar a questão da multiplicidade racial, como acontece no Brasil notadamente a partir de *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre. Longe de definirem essas discussões, tais obras apontam para uma ampliação necessária das identidades nacionais na América Latina e, conseqüentemente, para uma mudança no próprio conceito de América Latina como unida por uma identidade cultural em comum.

O tema da identidade cultural atravessa a reflexão de diversos autores que representam o que poderíamos denominar correntes intelectuais na América Latina (arielismo, indigenismos etc) e perpassa, quase sempre, os debates sobre tradição e os imaginários e propostas de modernização (Devés Valdés 2000, 15-21). Além disso, tais debates incorporaram na historiografia a busca pelo caráter nacional e as origens das nações em meio a instabilidades políticas diversas e uma população de composição múltipla. Um vínculo intelectual possível, portanto, entre os países latino-americanos pode estar justamente na busca por traçar identidades possíveis e nas “redes intelectuais” (Wasserman 2004, 52) criadas a partir da colocação de tais problemas.

Outra possibilidade para se pensar tal vínculo foi aberta pelos estudos “decoloniais”, especialmente a partir da emergência da corrente autodenominada “Modernidade/Colonialidade” e dos estudos a respeito da colonialidade do poder que perpassa a construção - material e simbólica - das nações latinoamericanas à imagem e semelhança do colonizador. Autores como Walter D. Mignolo (2003), Aníbal Quijano (2005), María Lugones (2008) e Silvia Rivera Cusicanqui (2021) colocaram em perspectiva as dinâmicas de dominação social, racial e de gênero que atravessaram a construção da América Latina, encontrando ecos, no Brasil, na obra de Lélia Gonzalez, Ailton Krenak (2019; 2020; 2022) e Davi Kopenawa (2015), dentre outros, que implodem as fronteiras nacionais e defendem uma visada mais ampla para os processos ocorridos na *Latinoamérica* a partir de sua conquista pelos europeus. Emergem desse pensamento identidades insurgentes, comprometidas com pautas do tempo

presente e questionadoras dos símbolos nacionais, em movimento que redundava, contemporaneamente, na derrubada e nas intervenções de/em monumentos oficiais em busca de reparação histórica no âmbito das políticas de memória.

Se existe uma “teoria latino-americana” e se ela está diretamente ligada à afirmação de uma identidade, em que ela corrobora ou rompe com dinâmicas de dominação material e simbólica historicamente construídas? Como garantir, dentro desse amplo debate, lugares de enunciação para diferentes visadas a respeito do processo de construção da América Latina como elemento de pensamento e base para a ação política em bases democráticas? Emerge da obra desses e outros autores uma espécie de “contra-teoria” latino-americana que aponta para demandas identitárias e materiais dos povos afro-ameríndios e para a legitimação de seus conhecimentos como epistemologias nativas e relevantes ao fazer social no passado e no presente. O impacto desses autores no campo intelectual latino-americano e, mais especificamente, brasileiro foi enorme à medida em que se associou a “viradas” nas políticas voltadas para o patrimônio cultural e a promoção do direito à memória no continente.

O Brasil e a América Latina: (des)encontros e histórias comuns?

Em 2009 Leslie Bethell, renomado brasilianista, publicou na revista *Estudos Históricos* um polêmico artigo sobre o não-pertencimento do Brasil ao que se convencionava chamar América Latina. O historiador inglês argumentou que o governo imperial e republicano brasileiro esforçaram-se para criar uma distância de seus vizinhos sul-americanos, ao passo em que reforçavam seus laços simbólicos com o legado português e com a política estadunidense, e que, por outro lado, diversos intelectuais brasileiros viam-se como parte das Américas, mas identitariamente distintos da América Espanhola. Para Bethell, o Brasil foi incluído na América Latina a partir de iniciativas externas, ou seja, a partir do momento em que estadunidenses, europeus e outros latino-americanos os incorporaram naquele conjunto. Essa perspectiva apenas ganharia força após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir da década de 1960, quando a Revolução Cubana e os discursos terceiro-mundistas criaram a imagem de uma América Latina pobre, oprimida, problemática e rebelde que facilitou a inclusão do Brasil. A expansão da política externa regional brasileira em finais dos anos 1990 e começos dos anos 2000 complementaria esse processo. Entretanto, Bethell mostrou-se cético. De fato, a maior parte do seu artigo dissertou sobre a mútua exclusão entre brasileiros e latino-americanos e o autor termina por concluir que

É chegada a hora de o mundo parar de considerar o Brasil como parte daquilo que, na segunda metade do século XX, foi chamado de América Latina, um conceito que seguramente perdeu a utilidade que talvez tenha tido alguma vez (Bethell 2009, 314).

A polêmica aberta por Bethell incomoda aos (latino)americanistas brasileiros por levantar uma questão bastante simples, porém importante: escrever a história da América Latina consiste em escrever uma história do Outro ou uma história de si a partir de um marco maior? Dito de forma mais simples: há um lugar para o Brasil nas histórias da América Latina? A pergunta encontra ecos nas formas que as tradições intelectuais nos diversos países latino-americanos pensaram as identidades nacionais. Em grande medida, há uma separação entre Brasil e América Latina resultante das escolhas presentes nas elaborações de histórias pátrias, ou seja, em marcos estritamente nacionais, e nas necessidades da historiografia profissional em delinear um campo autônomo

(História das Américas ou História do Brasil), algo não exclusivo à academia brasileira. Entretanto, é comum notar que em outros países sul-americanos os diversos cursos superiores de História integram a narrativa dos passados nacionais ao continental pautados, sobretudo, em uma suposta herança política e administrativa comum, ou seja, nas divisões coloniais e nas fronteiras que precederam a formação dos estados nacionais.

Há de se reconhecer, portanto, que a perspectiva da separação é também permeada por uma certa ideia de excepcionalidade histórica utilizada por alguns grupos para pensar e inventar a identidade nacional desde o século XIX e que continua a exercer sua influência no imaginário brasileiro. Isto não implica a total desconexão entre a produção intelectual brasileira e a de seus vizinhos. Desde o século XIX o Brasil recebeu diversos viajantes e exilados sul-americanos, o que propiciou certo intercâmbio de ideias e práticas. Entretanto, após o advento da república e da Primeira Conferência Pan-Americana (1889-1890), o país progressivamente inseriu-se em uma rede intelectual americanista que questionava as identidades e devires nacionais.

Como bem demonstrado por Katia Baggio (1998), diversos intelectuais passaram a indagar sobre as relações entre o país e o continente americano a partir de perspectivas que reforçavam a excepcionalidade nacional, seja pelo seu passado monárquico e por suas suas conexões com a Europa (Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, 1893) ou pela ordem e estabilidade trazidas pelo Império (Oliveira Lima, *Impressões da América Espanhola*, 1904-1906), ambos igualmente críticos aos pan-americanismos que colocavam os Estados Unidos como líder natural da região. Outros autores, entretanto, trataram de aproximar o Brasil de seus vizinhos latino-americanos, e de opô-los em conjunto ao imperialismo estadunidense, ainda que reconhecessem as diferenças nas formações sociais de cada país (Manoel Bomfim, *A América Latina: males de origem*, 1903; *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*, 1929).

Essas reflexões díspares, muitas vezes permeadas por estereótipos negativos, assim como a dos entusiastas do pan-americanismo como Joaquim Nabuco e Euclides da Cunha, traziam dois pontos em comum, a saber, a comparação da história brasileira e a de seus vizinhos, e a pergunta sobre o destino de tais nações. Desta maneira, é interessante notar que essas narrativas sobre a identidade, o passado e o futuro brasileiro terminaram por retirar o país de um suposto isolamento e incorporaram a análise da realidade nacional a um marco continental mais amplo, ainda que algumas dessas indagações levassem à recusa de uma história e um devir comuns.

A inserção do Brasil na história e na historiografia latino-americana também foi levada à cabo nos países vizinhos. De fato, entre as décadas de 1920 e 1940 surgiu no Cone Sul uma rede de intelectuais dedicada a traduzir e disseminar as histórias nacionais da região, encabeçada por historiadores como o argentino Ricardo Levene e Emilio Ravignani (Rota 2022). Essa rede reforçava o caráter “americanista” apontado por Bethell, ou seja, uma história continental que não separava por completo Brasil, Estados Unidos e a América Hispânica, embora tendesse a ignorar ou marginalizar as outras Américas (indígena, francesa ou holandesa).

Posteriormente novos repertórios ideológicos e metanarrativas supranacionais colaboraram para que as histórias de Brasil e América Latina fossem entremeadas juntas, sobretudo após a disseminação dos discursos desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), da expansão do marxismo como instrumento de análise histórica e do

surgimento da Teoria da Dependência. Apesar das diferenças entre essas correntes e de seus matizes internos, é possível afirmar que todas inventaram uma América Latina situada na periferia do capitalismo global e subordinada aos Estados Unidos e Europa, mesmo após as suas independências. Isso garantia à região, o Brasil incluso, uma certa homogeneidade e permitia a elaboração de uma história comum. Novos repertórios teóricos e conceitos fundamentaram essa leitura, sobretudo as releituras da tese leninista sobre o imperialismo, as teses cepalinas do centro e periferia e da deterioração dos termos de troca e, por fim, a “lei” trotskista do desenvolvimento desigual e combinado que serviria de fundamento para as vertentes marxistas do dependentismo. Tais teorias eram amplamente fundamentadas em uma leitura específica do passado que buscava entender as causas da pobreza, submissão e do “subdesenvolvimento” latino-americano.

Não tardou, portanto, para que historiadores e ensaístas incorporassem esses temas em suas obras e pensassem a América Latina a partir de um *problema comum*. Livros como *América Latina: un país* (1949) e *Historia de la Nación Latinoamericana* (1968) do trotskista argentino Jorge Abelardo Ramos e o polêmico e altamente popular *Las Venas Abiertas de América Latina* (1971) do uruguaio Eduardo Galeano são exemplos dessa tentativa de narrar um passado compartilhado no qual o Brasil era uma peça central.

A circulação dessas ideias e discursos ganhou imensas proporções e logo recebeu o reconhecimento, e a crítica, de intelectuais estadunidenses, europeus e, também, de outras periferias. O dependentismo e o desenvolvimentismo foram considerados, antes do surgimento dos postulados decoloniais, algumas das principais contribuições do *pensamento latino-americano* para as ciências sociais e para a economia. Eles contribuíram, também, para a disseminação de uma imagem da América Latina como um conjunto. Ademais, essas narrativas também conquistaram os mercados internacionais, fomentados pelo fenômeno editorial do chamado *boom* latino-americano e pela epopéia revolucionária cubana. O livro de Eduardo Galeano, por exemplo, conta com pelo menos 18 traduções oficiais e centenas de edições.

Essas leituras das realidades e passados latino-americanos surgidas no pós Segunda Guerra Mundial continham uma interessante mudança de paradigma em relação às interpretações anteriores: elas pensavam a América Latina a partir da perspectiva da modernização e da geopolítica econômica (Devés Valdés 2000). Diferenciar-se do Outro americano, os Estados Unidos, não estava pautado em diferenças identitárias, religiosas ou espirituais, mas sim nas relações econômicas e políticas estabelecidas no sistema capitalista.² A América Latina não seria marcada principalmente por traços culturais comuns ou por uma alma transcendental que a tornava distinta de outras regiões, mas sim pelo seu passado de exploração colonial, pelo extrativismo e dificuldade de industrializar-se e pela pobreza. Isso implicava também um horizonte compartilhado e a busca por soluções comuns. O deslocamento da cultura para a geopolítica permitiu que o Brasil fosse facilmente inserido nessa América Latina. A sua língua, a sua colonização portuguesa e a sua excepcionalidade imperial eram secundários se comparados à sua configuração subdesenvolvida, dependente e explorada por atores do capitalismo global.

² Não buscamos reduzir os pensamentos latino-americanistas dos chamados Longos Anos 1960 ao paradigma modernizador. Diversos grupos da intelectualidade latino-americana buscaram (re)descobrir e (re)definir as identidades nacionais e o “povo”. Conferir Ridenti (2014) e Schmiedecke (2022).

Parte da intelectualidade brasileira aderiu a esse impulso “latino-americanizador”. A iniciativa foi fortalecida pelo crescimento da indústria cultural e das camadas letradas, mas também pelo aumento de intercâmbios intelectuais propiciados por instituições internacionais (CEPAL, CLACSO, FLACSO etc), redes revolucionárias em Cuba e no Chile e, paradoxalmente, pelos exílios impostos pelas ditaduras militares nos anos 1960 e 1970 que levaram à circulação e aos (des)encontros dos mais variados grupos. A aproximação entre brasileiros e outros latino-americanos ganhava, portanto, uma dimensão maior do que em períodos anteriores, fosse pelo trabalho compartilhado, como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, ou pelo deslocamento de grupos inteiros para o exterior, caso da rede dependentista mineiro-brasiliense conformada por Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, acolhidos por chilenos e mexicanos.

Um dos casos mais exemplares é, talvez, o de Darcy Ribeiro (Costa 2023). O antropólogo e educador brasileiro construiu e se inseriu em uma vasta rede latino-americanista e tratou de pensar Brasil e América Latina de formas conectadas. Ribeiro instalou-se e participou ativamente da vida intelectual e política de países como Uruguai, Chile, México e Peru, e organizou debates e propostas de reformas do ensino superior a partir da concepção de uma “Universidade Latino-Americana”. Diversos de seus textos publicados ao longo dos anos 1960-1980, compilados em *América Latina: Pátria Grande* (2012), tratam de elementos que caracterizariam as culturas latino-americanas, as suas tipologias políticas e, em suas palavras, a “uniformidade sem unidade”. Os temas elencados retomam os debates que apresentamos nos parágrafos anteriores: as elites autoritárias, os debates sobre atraso e progresso, a pluralidade cultural, o eurocentrismo em um continente mestiço e o vanguardismo revolucionário. Os Estados Unidos, mais uma vez, aparecem como o “antagonismo essencial” da América Latina (Ribeiro 2012, 14). Os escritos trazem, ainda, conceitos e termos que remontam aos ideários integradores latino-americanos, a saber, a *Nuestra América* de José Martí, a *Patria Grande* de José Artigas e a *Nación Latinoamericana* de Jorge Abelardo Ramos (Ribeiro 1982).

Essa longa trajetória de latino-americanização do Brasil encontrou respaldo na historiografia profissional e disciplinada produzida nas universidades, sobretudo a partir da década de 1980. Houve, claro, certa delimitação temática e curricular de um campo, a História das Américas, e a criação de instituições dedicadas a congregar (latino)americanistas, a saber, a Comissão Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (CONAPHLAC, 1992) e a Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC, 1993). Entretanto, o campo sempre foi aberto às pesquisas que colocavam o Brasil em diálogo com a América Latina e o inseriam no mesmo marco, seja a partir da história comparada (*Multidões em Cena*, Capelato 1998; *Sob o Signo da Nova Ordem*, Beired 1999; *Brasil e Argentina*, Fausto e Devoto 2004), das relações internacionais (*Maldita Guerra*, Doratioto 2002), dos intercâmbios intelectuais (Baggio 1998; *Desloca(l)iza(r) o direito*, Silveira 2018), entre outros tantos. Desde a sua criação, a revista da ANPHLAC aceita e encoraja a publicação de textos que inserem o Brasil no marco (latino)americano.

O esforço de décadas de vários intelectuais brasileiros para inserir seu país na América Latina, bem como o trabalho de outros latino-americanos para integrar o Brasil em seus escritos, e a existência de um forte e crescente campo de estudos que se recusa a excluir o Brasil já são indícios suficientes para contrariar o decreto de Bethell. É possível argumentar que a historiografia

brasileira se constituiu em um marco *americano* e, de fato, os estudos sobre os Estados Unidos crescem na academia nacional, mas a profissionalização da História das Américas no Brasil a partir dos anos 1970 teve como vanguarda a História da América Latina. Cabe ressaltar ainda que essa historiografia não separou o Brasil de seu objeto de estudo. Mais do que pensar uma diferença irreconciliável entre Brasil e América Latina, essa historiografia aprofundou os estudos das particularidades e complexidades acerca do (não) pertencimento brasileiro à América Latina e, desta forma, contribuiu para o debate sobre identidades latino-americanas e sobre a produção intelectual da região. Está bem estabelecido que América Latina é um constructo ideológico e cultural historicamente datado e que ganha existência a partir do momento em que indivíduos creem nele. Assim, seria possível afirmar, também, que a historiografia brasileira sobre a América Latina contribuiu para a sua (re)invenção e para a latino-americanização do Brasil.

Considerações Finais

Os três artigos que compõem este dossiê trazem contribuições importantes para os estudos das histórias intelectuais latino-americanas. Eles abordam autores e movimentos centrais para a conformação de cânones que marcaram o continente, bem como a importância das redes intelectuais na produção e na circulação de discursos.

O artigo de Stefan Rinke, intitulado “Naturaleza, etnicidad y democracia: Una re-lectura de Nuestra América de José Martí”, traz uma releitura do clássico *Nuestra América* de José Martí e o tensiona a partir de debates sobre raça, etnicidade, democracia e natureza. Rinke revisita um nome que inevitavelmente insurge quando se questiona acerca de um pensamento latino-americano e questiona se e como José Martí seria um pensador original da identidade latino-americana, bem como disserta a respeito de suas próprias influências intelectuais e o contexto no qual ele se inseria. Como dito, o artigo se centra na análise de *Nuestra América* como um marco do clamor pela união da América Latina, mas com destaque para sua análise a respeito da composição do povo latino-americano como uma mescla de diferentes grupos étnicos.

Mairon Escorsi Valério contribui para este dossiê com o artigo “O projeto educativo-pastoral dos intelectuais da libertação e suas estratégias de difusão na América Latina”, no qual ele trata de uma rede de intelectuais na América Latina que inclui também o Brasil. Valério analisa a historiografia que parte da teologia da libertação como um movimento transnacional em rede. Para isso, utiliza como fontes publicações e editoras voltadas para um público alvo diverso, mas que visavam a ampla divulgação das ideias que formavam a teologia da libertação como um movimento intelectual-religioso.

Redes intelectuais também são o objeto de Caroline Drummond, quem, no artigo “Revista *Ciclón*: redes de sociabilidade e polêmicas intelectuais durante a ditadura de Fulgencio Batista” contribui para a reflexão sobre objetos clássicos da história intelectual latino-americana, as revistas culturais, e o seu papel como vetores na conformação das redes e na estruturação das relações entre agentes do campo intelectual em nível nacional e internacional. Drummond analisa *Ciclón*, revista editada entre 1955 e 1959 e que não se censurou durante a ditadura de Fulgencio Batista em Cuba e acabou por ir de encontro às demandas culturais acerca do papel dos intelectuais durante a Revolução Cubana.

Por fim, destacamos a entrevista realizada com o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres. A entrevista passa pelo percurso da teoria decolonial inserida no escopo do pensamento latino-americano, assim como os vícios de suas apropriações. O caminho é feito a partir da noção de uma decolonialidade combativa a fim de nos responder o que seria uma atitude decolonial e uma consciência decolonial e se/como a noção de emancipação se inseriria no pensamento decolonial. A entrevista contribui ainda para uma discussão iniciada nesta apresentação acerca da relação entre o Brasil e a América Latina ao discutir as leituras do pensamento decolonial (e suas aproximações e/ou confusões com o pensamento pós-colonial e os estudos subalternos) no Brasil. O número conta ainda com uma resenha, feita por Ana Luiza Rios Martins, da obra de Maldonado-Torres intitulada *Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito* (2022).

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

SABRINA COSTA BRAGA
THIAGO PRATES
RAUL LANARI

REFERÊNCIAS

- ARDAO, Arturo. *Génesis de la idea y el nombre de América Latina*. Caracas: Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, 1980.
- ARDAO, Arturo. *La inteligencia latinoamericana*. Montevideo: Universidad de la República, 1987.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. Tese (doutorado) - São Paulo, Universidade de São Paulo, 1998.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem*. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Loyola, 1999.
- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, v. 22, n. 44, p. 289-321, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no populismo. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. Tradução de Ana Luiza Braga e Lior Zisman Zalis. São Paulo: N-1 Edições, 2021.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latino-americano en el siglo XX*. Entre la modernización y la identidad. Tomo I. Del Ariel de Rodó a la CEPAL (1900-1950). Buenos Aires: Biblos, 2000.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra*. Nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IANNI, Octavio. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Leila Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. n. 9, p. 73-101, 2008.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. *The Idea of Latin America*. Oxford: Blackwell, 2005.

QUIJADA, Mónica. Sobre el origen y difusión del nombre “América Latina” (o uma variação heterodoxa em torno al tema de la construcción social de la verdade). Madrid: *Revista de Indias*, 1998, v. 58, n. 214. p. 595-616.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. La nación latinoamericana. *Nueva Sociedad*, n. 62, 1983, p. 5-23.

RIBEIRO, Darcy. *América Latina: a pátria grande*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012.

ROJAS MIX, Miguel. *Los cien nombres de América: eso que descubrió Colón*. Barcelona: Lumen, 1991.

ROJAS MIX, Miguel. *América Imaginaria*. Barcelona: Lumen, 1992.

ROTA, Alesson R. El uso de la minería de datos como heurística para la teoría de la historia y la historia de la historiografía. *Amoxtli*, n. 07, 2022.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desloca(liz)ar o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas (Argentina e Brasil, 1917-1943)*. Tese (Doutorado) - São Paulo - Universidade de São Paulo.

TORRES CAICEDO, José María. *Mis ideas y mis principios*. Paris, 1875.

WASSERMAN, Claudia. Percursos intelectuais latino-americanos: “Nuestra América” de José Martí, e “Ariel” de José Enrique Rodó – As condições de produção e o processo de repercussão do pensamento identitário. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 51-66, 2004.